

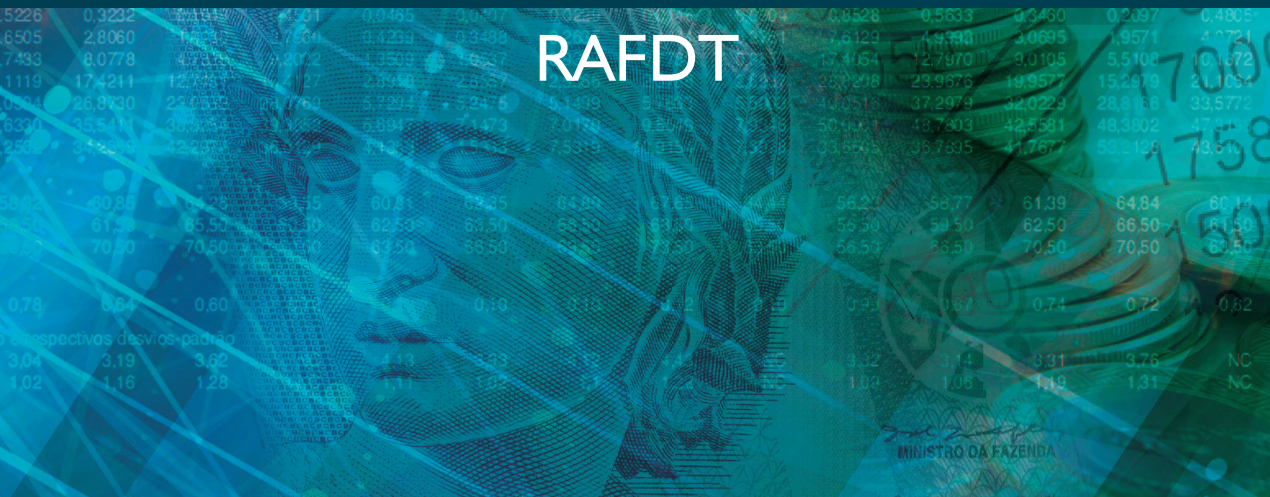
Misabel Abreu Machado Derzi
Diretora

Coordenadores

Rafhael Frattari
Tiago Conde Teixeira
Valter de Souza Lobato

Revista
ABRADT Fórum de
DIREITO TRIBUTÁRIO

RAFDT



DOCTRINA e JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

*Esse material é protegido por direitos autorais sendo vedada a reprodução não autorizada, gratuita ou onerosamente, sob pena de ressarcimento, em caso de infração aos direitos autorais.

É permitido citar os excertos em petições, pareceres e demais trabalhos, desde que seja informada a fonte, garantidos os créditos dos autores dos artigos, do órgão emanador da decisão ou informação e da publicação específica, conforme a licença legal prevista no artigo 46, III da Lei nº 9.610/1998.

REVISTA ABRADT FÓRUM DE DIREITO TRIBUTÁRIO - RAFDT

© 2020 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012 – Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: 0800 704 3737
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira
Projeto gráfico: Walter Santos
Capa: Walter Santos

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o Território Nacional

R454 Revista ABRADT Fórum de Direito Tributário. – ano 1, n. 01 (jan./jun. 2017) – Belo Horizonte: Fórum, 2017.

Semestral
ISSN 2527-0958

1. Direito Tributário. 2. Direito. I. Fórum.

CDD: 341.39
CDU: 336.2

Sumário

Apresentação	11
--------------------	----

DOCTRINA

ARTIGOS

Arrecadação tributária em vertigem

Lorraine Almeida de Moraes	15
1 Introdução	15
2 Tecnologias disruptivas, os avanços da indústria 4.0	17
2.1 Tecnologias disruptivas	17
2.2 Globalização financeira	18
2.3 Impacto tributário	19
3 Tributação no Brasil	21
3.1 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)	21
3.2 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	23
3.3 Prestação de serviço	26
3.4 Mercadoria	28
4 Comportamento do Estado brasileiro diante das tecnologias disruptivas	29
4.1 Conflitos	30
4.2 Medidas que podem ser adotadas	33
5 Conclusão	35
Referências	36

A tributação sobre a distribuição dos lucros e dividendos frente ao princípio da justiça fiscal

Filipe Araújo da Paz	39
1 Introdução	39
2 A ideologia constitucional do sistema tributário brasileiro	40
3 A justiça fiscal	42
3.1 As acepções do vocábulo “justiça”	42
3.2 Os princípios corolários da justiça fiscal	43
3.3 O atual sistema tributário regressivo	47
3.4 A progressividade como porta para redução da desigualdade social	49
3.5 O dever fundamental de pagar tributos	50
4 A tributação na distribuição dos lucros e dividendos no Brasil	52
4.1 A Lei nº 9.249/95: uma análise legal e jurisprudencial acerca da tributação da distribuição dos lucros e dividendos	52
4.2 Considerações e breve apanhado histórico do imposto de renda	55
4.3 Da análise crítica à isenção do imposto de renda sobre a distribuição dos lucros e dividendos	56
4.3.1 A ausência de bitributação	57
4.3.2 Uma abordagem em números da tributação da distribuição dos lucros e dividendos como meio de aproximação da justiça fiscal	58
4.4 As medidas para tributação menos onerosa nas classes sociais de menor poder aquisitivo	59

5	Conclusão	61
	Referências	62

A incidência do Imposto de Renda das Pessoas Físicas em decorrência da devolução/restituição de recursos provenientes de delação ou colaboração premiada

Gilberto Andrade Junior	65	
1	Considerações preliminares e o contexto do trabalho.....	65
2	Breves considerações sobre as disposições da delação premiada e do acordo de leniência.....	66
3	O conceito de tributo	67
4	O <i>non olet</i> e o acordo de leniência – delação ou colaboração premiada	69
5	O conceito e características de renda	71
6	A regra-matriz de incidência tributária do Imposto de Renda da Pessoa Física	75
7	A incidência do Imposto sobre a Renda de Pessoa Física em delação premiada ou acordo de leniência	76
8	Considerações finais e conclusão	79
	Referências	80

A tributação na pecuária e a hipótese de isenção “judicialmente qualificada” nas transferências interestaduais de bovinos entre estabelecimentos de um mesmo produtor rural

Gustavo de Queiroz Guimarães	81	
1	Introdução	81
2	Transferências interestaduais – bases normativas e jurisprudenciais – a tributação do ICMS na atividade pecuária.....	82
2.1	Da autonomia dos estabelecimentos para fins de relações jurídico-tributárias.....	86
2.2	Da não cumulatividade do ICMS.....	88
2.3	O pacto federativo e a manutenção da autonomia consistente na preservação das atribuições e dos recursos dos Estados-membros (poder de arrecadação do “Estado produtor”)	93
2.4	A Súmula nº 166 do STJ e sua inaplicabilidade ao caso de transferências interestaduais entre estabelecimentos do mesmo contribuinte, <i>desde que destinadas à comercialização</i>	98
3	Conclusão	101
	Referências	104

Uma reviravolta na tributação da capatazia pelo Imposto de Importação e as questões constitucionais remanescentes

Leonardo Aguirra de Andrade, Rosa Sakata Fridman	105	
1	Introdução	105
2	O contexto normativo e o ponto central da controvérsia.....	106
3	A evolução da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	111
3.1	Julgamento do Recurso Especial nº 1.239.625	111
3.2	Julgamento do Recurso Especial nº 1.528.204	112
3.3	A recente decisão do STJ em relação ao Tema nº 1.014 em regime de recursos repetitivos.....	115
4	Análise crítica do julgamento do Tema nº 1.014 pelo STJ.....	117
4.1	Questões processuais na consolidação da tese em questão em regime de recursos repetitivos.....	118
4.2	O exame dos fundamentos debatidos.....	120

5	Fundamentos constitucionais remanescentes	124
6	Considerações finais	126
	Referências	127

O *compliance* fiscal e os seus reflexos na crise de hiperlitigiosidade do Poder Judiciário brasileiro

Mônica Rodrigues Porto	129	
1	Introdução	129
2	A sociedade de risco e o cenário empresarial	130
3	O surgimento do <i>compliance</i>	133
3.1	A prática do <i>compliance</i> fiscal no âmbito corporativo	136
4	Análise da hiperlitigiosidade dos processos judiciais tributários nas empresas	138
5	A política preventiva tributária e o refreamento de processos judiciais	141
6	Conclusão	143
	Referências	144

IOF-Câmbio e a importância da política cambial nacional

Fernanda de Oliveira Silveira	147	
1	Introdução	147
2	A disciplina constitucional para a política cambial nacional e para a exigência do IOF-Câmbio	149
2.1	Da competência constitucionalmente atribuída à União para a exigência do IOF-Câmbio	150
2.2	Da competência exclusiva da Presidência da República para a regulamentação da política cambial nacional e para a fixação das alíquotas do IOF-Câmbio	152
3	Da regulamentação infraconstitucional e infralegal do IOF-Câmbio	152
3.1	Disposições legais específicas relativas às receitas advindas de exportação	154
4	Da inconstitucionalidade e ilegalidade da interpretação restritiva da Receita Federal do Brasil por meio da Solução de Consulta nº 246/2018	161
5	Conclusão	161
	Referências	162

O princípio da supremacia do interesse público como fundamento para a penhora do faturamento das empresas. Uma análise de sua compatibilidade com o atual contexto jurídico

Abel Escórcio Filho	167	
1	Introdução	167
2	O Direito como objeto cultural	168
3	A importância do contexto na interpretação jurídica	171
4	A natureza jurídica dos princípios. Os limites de sua aplicação	173
5	O princípio da supremacia do interesse público. Do contexto de sua criação a da influência do CTN	176
6	A penhora sobre o faturamento da empresa. Dos fundamentos que levaram à sua aplicação no Direito brasileiro	178
7	Conclusões	184
	Referências	185

Tributação de lucros e dividendos no Brasil: histórico e perspectivas futuras

Luiza Vida Vago, Paula Novaes Silva	187	
1	Introdução	187
2	Contexto histórico	188

3	Experiência internacional	194
4	Propostas de alterações legislativas.....	195
5	O conceito de renda e o <i>bis in idem</i> na tributação dos lucros e dividendos	197
6	Conclusão	199
	Referências	200

ARTIGOS DE CONVIDADOS

Da coisa julgada como direito fundamental constitucional irreversível e a inaplicabilidade de sua flexibilização

	Misabel de Abreu Machado Derzi, Valter de Souza Lobato, Tiago Conde Teixeira.....	205
1	Introdução	206
2	Das premissas fáticas, normativas e jurisprudenciais que informam o objeto do presente trabalho	206
3	A questão sob a análise do ponto de vista constitucional.....	210
3.1	O sistema misto de controle de constitucionalidade das leis adotado pelo Brasil ..	211
3.2	A coisa julgada como direito fundamental que se impõe a todos os Poderes da República	213
3.3	A extensão da coisa julgada e a sua suposta “flexibilização”	216
4	A questão sob a análise do ponto de vista processual	217
4.1	Da inaplicabilidade dos dispositivos do CPC/73, introduzidos pela Lei nº 11.232/05, por questões temporais	217
4.2	Da inaplicabilidade dos dispositivos do CPC/73, introduzidos pela Lei nº 11.232/05, por questões materiais	220
4.3	Em resumo: a impossibilidade de ajuizamento de ação rescisória pela União, que permaneceu inerte por décadas	221
4.4	Da prescindibilidade de ação revisional em razão da natureza continuada da relação	224
5	Da preservação da isonomia em relação à coisa julgada obtida	225
6	Considerações finais	227
	Referências	228

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

Plenário.....	232
Decisões monocráticas.....	272
Plenário Virtual.....	274

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

Corte Especial.....	280
1ª Seção	282
2ª Seção	287

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF)

1ª Seção	288
2ª Seção	291
3ª Seção	293

NORMAS DE PUBLICAÇÃO	295
----------------------------	-----

ESTA REVISTA
FAZ PARTE DA
**PLATAFORMA FÓRUM
DE CONHECIMENTO
JURÍDICO®**

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO



E pode ser assinada separadamente
em nossa loja virtual.

ASSINE A REVISTA

loja.editoraforum.com.br | 0800 704 3737